



BOLETIM

GEOCORRENTE

08 de abril de 2021

ISSN 2446-7014

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

ANO 7 • Nº 136

Complexo Industrial Naval de Itaguaí: o que fazer após o PROSUB?

ESTE E OUTROS 12 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO



BOLETIM GECORRENTE

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Ademais, algumas edições contam com a seção “Temas Especiais”.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

DIRETOR DA EGN

CONTRA-ALMIRANTE SILVIO LUIS DOS SANTOS

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

CONTRA-ALMIRANTE (RM1) MARCIO MAGNO DE FARIAS FRANCO E SILVA

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR CHEFE

CAPITÃO DE MAR E GUERRA (RM1) LEONARDO F. DE MATTOS (EGN)

EDITOR EXECUTIVO

CAPITÃO-TENENTE BRUNO DE SEIXAS CARVALHO (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

CAPITÃO DE MAR E GUERRA (RM1) FRANCISCO E. ALVES DE ALMEIDA (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

JÉSSICA GERMANO DE LIMA SILVA (EGN)

NOELE DE FREITAS PEIGO (FACAMP)

PEDRO ALLEMAND MANCEBO SILVA (PUC-RIO)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

ANA CAROLINA VAZ FARIAS (UFRJ)

BRUNO GONÇALVES (UFRJ)

ISADORA NOVAES DOS SANTOS BOHRER (UFRJ)

TRADUÇÃO E REVISÃO

RODRIGO OLIVEIRA DUTRA MARCÍLIO (UFRJ)

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.

Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca - CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do BOLETIM GECORRENTE, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

PESQUISADORES DO NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA

ÁFRICA SUBSAARIANA

ARIANE DINALLI FRANCISCO (UNIVERSITÄT OSNABRÜCK)

BRUNO GONÇALVES (UFRJ)

FRANCO NAPOLEÃO A. DE ALENCASTRO GUIMARÃES (PUC-RIO)

ISADORA JACQUES DE JESUS (UFRJ)

JOÃO VICTOR MARQUES CARDOSO (UNIRIO)

VIVIAN DE MATTOS MARCIANO (UERJ)

AMÉRICA DO SUL

ANA LAURA MARÇAL MONSORES (UFF)

BRUNA SOARES CORRÊA DE SOUZA (UNILASALLE)

CARLOS HENRIQUE FERREIRA DA SILVA JÚNIOR (EGN)

MATHEUS SOUZA GALVES MENDES (EGN)

PEDRO EMILIANO KILSON FERREIRA (UNIV. DE SANTIAGO)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

ANA CAROLINA VAZ FARIAS (UFRJ)

JÉSSICA PIRES BARBOSA BARRETO (EGN)

RAFAEL ESTEVES GOMES (UFRJ)

VICTOR CABRAL RIBEIRO (PUC-RIO)

VICTOR EDUARDO KALIL GASPAR FILHO (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

ANA CAROLINA FERREIRA LAHR (EGN)

GABRIELE MARINA MOLINA HERNANDEZ (UFF)

PEDRO ALLEMAND MANCEBO SILVA (PUC-RIO)

RAPHAELLA DA SILVA DIAS COSTA (UFRJ)

EUROPA

MARINA AUTRAN CALDAS BONNY (UFRJ)

MELISSA ROSSI (SUFFOLK UNIVERSITY)

NATHÁLIA SOARES DE LIMA DO VALE (UERJ)

THAÏS ABYGAËLLE DEDEO (UNIVERSITÉ DE PARIS 3)

VICTOR MAGALHÃES LONGO DE CARVALHO MOTTA (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

JOÃO PEDRO RIBEIRO GRILO CUQUEJO (IBMEC)

LUÍS FILIPE DE SOUZA PORTO (UFRJ)

MARCELLE TORRES ALVES OKUNO (EGN)

PHILIPPE ALEXANDRE JUNQUEIRA (UERJ)

RODRIGO ABREU DE BARCELLOS RIBEIRO (UFRJ)

VINÍCIUS GUIMARÃES REIS GONÇALVES (UFRJ)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

ADEL BAKKOUR (UFRJ)

ANA LUIZA COLARES CARNEIRO (UFRJ)

DOMINIQUE MARQUES DE SOUZA (UFRJ)

ISADORA NOVAES DOS SANTOS BOHRER (UFRJ)

PEDRO DA SILVA ALBIT PENEDO (UFRJ)

RÚSSIA & Ex-URSS

JOSÉ GABRIEL DE MELO PIRES (UFRJ)

LUIZA GOMES GUITARRARI (UFRJ)

PEDRO MENDES MARTINS (ECEME)

PÉRSIO GLÓRIA DE PAULA (UFF)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

MARIA GABRIELA VELOSO CAMELO (PUC-RIO)

MATHEUS BRUNO FERREIRA ALVES PEREIRA (UFRJ)

THAYNÁ FERNANDES ALVES RIBEIRO (UFF)

VINÍCIUS DE ALMEIDA COSTA (EGN)

SUL DA ÁSIA

IASMIN GABRIELE NASCIMENTO DOS SANTOS (UFRJ)

JOÃO MIGUEL VILLAS-BOAS BARCELLOS (UFRJ)

MARINA SOARES CORRÊA (UFRJ)

REBECA VITÓRIA ALVES LEITE (EGN)

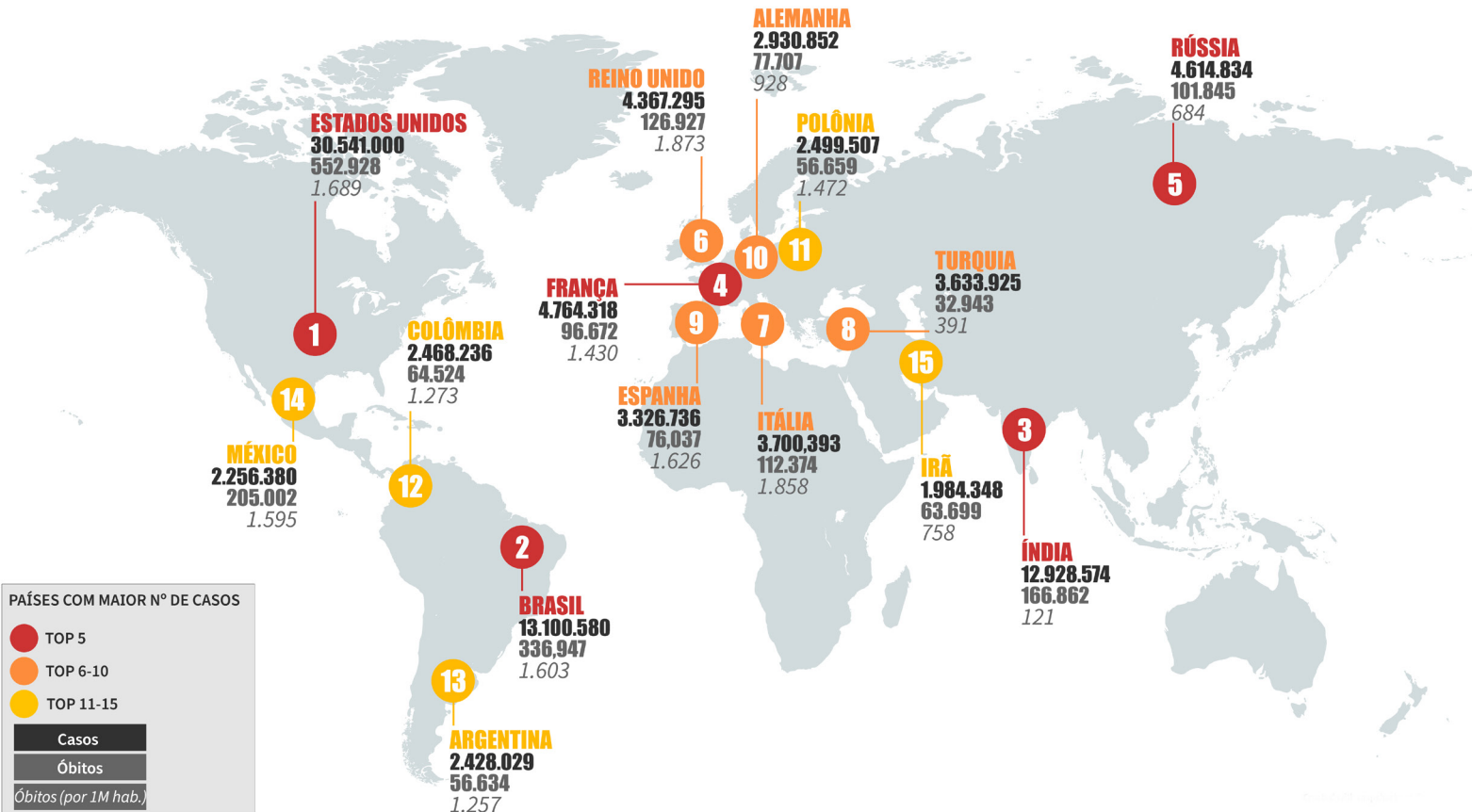
TEMAS ESPECIAIS

ALESSANDRA DANTAS BRITO (EGN)

GUILHERME NOVAES SILVA PINTO (UFRJ)

PRINCIPAIS PAÍSES AFETADOS PELA COVID-19

Dados segundo o "WHO COVID-19 Dashboard", publicado no dia 08 de abril de 2021.



PAÍSES COM MAIOR N° DE CASOS

- TOP 5
- TOP 6-10
- TOP 11-15

Casos
Óbitos
Óbitos (por 1M hab.)

ACOMPANHAMENTO DAS VACINAS

PANDEMIA DA COVID-19				
Vacinação pelo mundo				
Ranking dos países com mais doses aplicadas e colocação correspondente à população vacinada				
País	Doses aplicadas*		População vacinada (%)	Vacinas
	(milhões)	(por 100 pessoas)		
Estados Unidos	171,73 (1º)	52	33 (10º)	Johnson&Johnson Moderna Pfizer/BioNTech
China**	149,07 (2º)	11	-	Sinopharm/Beijing Sinopharm/Wuhan Sinovac
Índia	90,12 (3º)	6,7	5,6 (59º)	Covaxin Oxford/AstraZeneca
Reino Unido	37,4 (4º)	56	48 (6º)	Oxford/AstraZeneca Pfizer/BioNTech
Brasil	24,2 (5º)	12	9 (51º)	Oxford/AstraZeneca Sinovac
Turquia	17,7 (6º)	22	13 (40º)	Sinovac Pfizer/BioNTech
Alemanha	15,42 (7º)	19	13 (38º)	Moderna Oxford/AstraZeneca Pfizer/BioNTech
Indonésia	13,45 (8º)	5	3,4 (70º)	Sinovac Oxford/AstraZeneca
Rússia	13,04 (9º)	9	5,5 (61º)	EpiVacCorona Sputnik V
França	12,47 (10º)	19	14 (27º)	Moderna Pfizer/BioNTech Oxford/AstraZeneca

*É contado como uma dose única e pode não ser igual ao número total de pessoas vacinadas, dependendo do regime de dose específico (por exemplo, as pessoas recebem doses múltiplas).

**O país não forneceu dados sobre o número de pessoas que foram parcialmente ou totalmente vacinadas.

Fontes: Organização Mundial da Saúde; The New York Times

Complexo Industrial Naval de Itaguaí: o que fazer após o PROSUB?

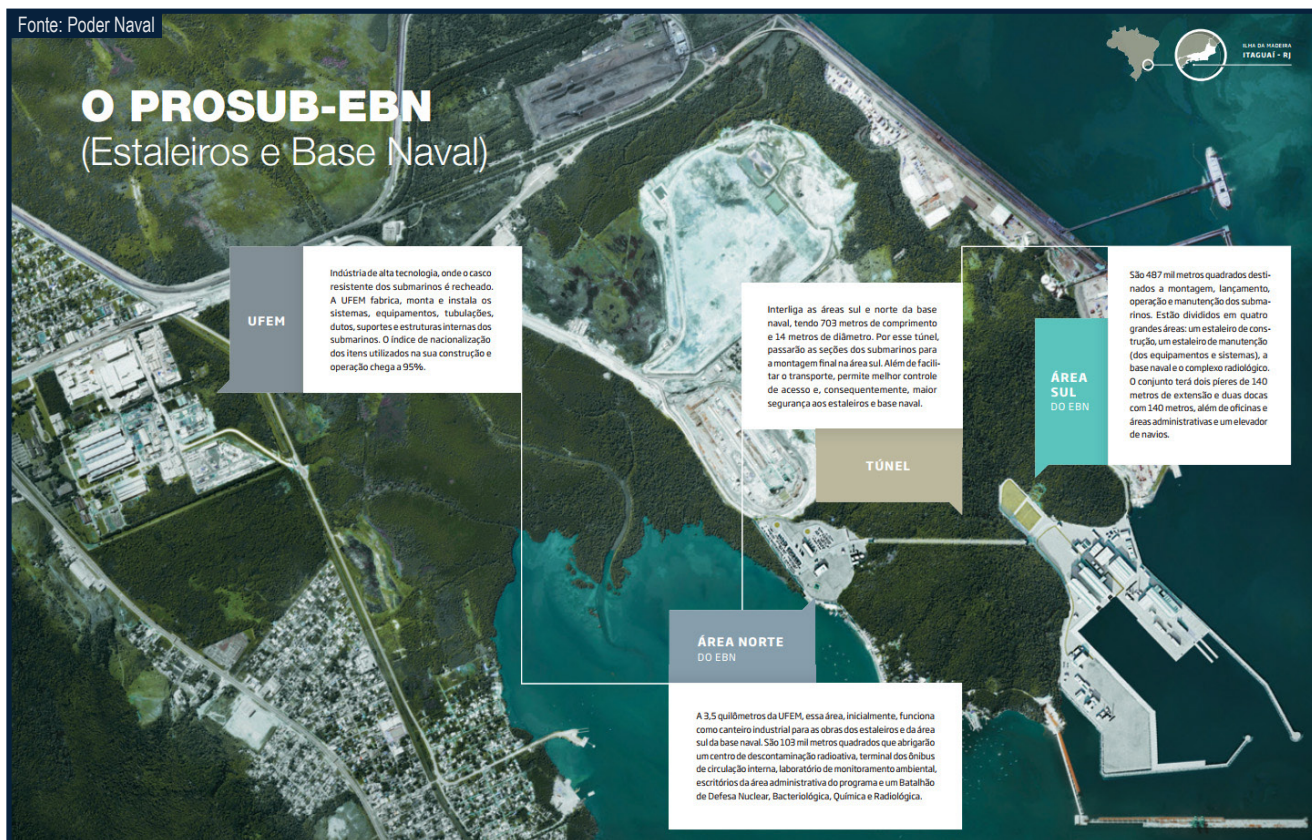
Matheus Mendes

O Complexo Industrial Naval de Itaguaí no Rio de Janeiro concede ao Brasil uma posição regional de destaque. A construção de submarinos convencionais em andamento, assim como do submarino de propulsão nuclear no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), confere uma vantagem estratégica ao país, alçando a construção naval brasileira a um novo patamar, juntamente ao Programa das Fragatas da Classe Tamandaré, em Itajaí (SC). Outrossim, é preciso atentar para o futuro no que diz respeito à substituição das atuais embarcações em operação — submarinos classe *Tikuna* e *Tupi* — pelos *Scorpène*. Nesse sentido, indaga-se como aproveitar tal estrutura após a conclusão do PROSUB.

Recentemente, foi veiculada na imprensa especializada a intenção do Brasil de vender dois submarinos IKL-209 à Marinha da Indonésia. Ainda não se sabe em que estágio se encontra a negociação, porém esse assunto não é uma novidade para a Marinha do Brasil (MB). Países como Polônia, Peru e Argentina já aventaram a possibilidade de compra de unidades brasileiras no passado recente. Com isso, verifica-se uma inclinação para a substituição direta dos submarinos do Brasil, tendo em vista a construção de novas embarcações.

Ademais, ventilou-se, em 2019, a ideia de transferir os submarinos operativos da MB, baseados no Complexo Naval de Mocanguê, para Itaguaí, no ano de 2022. Apesar de não existir uma confirmação a este respeito, trata-se de um movimento natural, tendo em vista a estrutura já existente, não só para a construção de submarinos, mas também a capacidade de manutenção e de apoio logístico para os mesmos no futuro.

Sendo assim, o Complexo Industrial de Itaguaí é uma oportunidade para o Brasil se diferenciar na capacidade de construção de novos submarinos, não apenas substituindo-os, mas também ampliando a quantidade dessas unidades. Ademais, possibilitaria ainda a exportação, sobretudo aos países sul-americanos que não possuem a mesma capacidade de construção de submarinos em estaleiros locais; e a manutenção dos meios tanto à MB como a parceiros estratégicos. É imperativo ter uma projeção de uso da estrutura de Construção Naval tão logo seja possível, uma vez que, atualmente, o país carece de investimentos nesta área, sendo capaz de aquecer a economia, gerar empregos, desenvolver-se socioeconomicamente e contribuir para o avanço tecnológico e nuclear.



O projeto de otimização da infraestrutura dos estaleiros públicos dos EUA

Jéssica Barreto

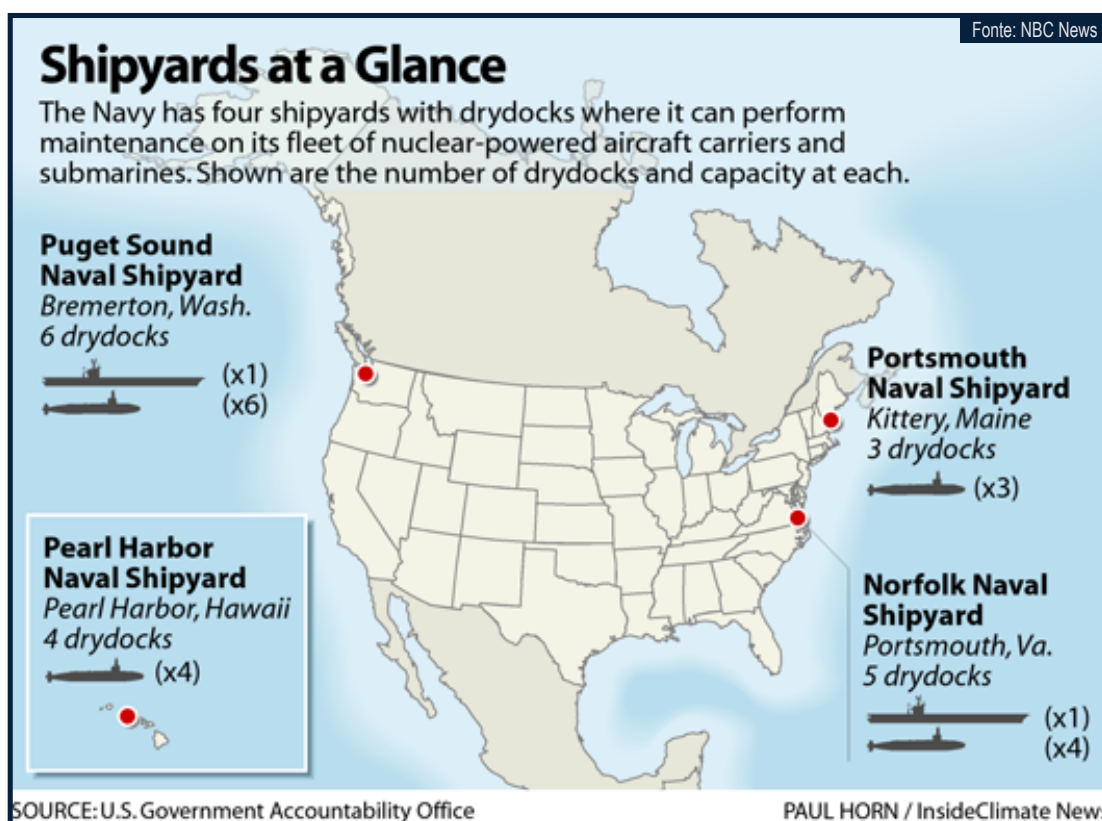
Os estaleiros públicos dos Estados Unidos da América (EUA) estão em atividade há mais de um século. A indústria de construção e reparação naval nos EUA é robusta; entretanto, apenas quatro dos seus estaleiros são públicos — *Norfolk* (1767) na Virgínia, *Portsmouth* (1800) no Maine, *Puget Sound* (1891) em Washington, e *Pearl Harbor* (1908) no Havaí. Atualmente, eles são os responsáveis pela manutenção dos submarinos e porta-aviões do país, mas apresentam infraestrutura ultrapassada por terem sido construídos nos séculos passados. Nesse sentido, cabe analisar de que forma essa infraestrutura pode interferir na capacidade de atuação da Marinha estadunidense e as ações governamentais para tentar minimizar esse impacto.

Apesar da construção de diversas instalações públicas durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, a partir da década de 1960, esses lugares foram sendo fechados pelo governo, com os remanescentes sendo definidos apenas para manutenção e reparos. O maior problema nessas estruturas é que o espaço construído não conseguiu evoluir junto com as embarcações. Por exemplo, os quatro estaleiros somados possuem 18 *Dry Docks*, mas nem todos comportam os ativos da força naval do país. Apenas duas docas conseguem atender aos porta-aviões classe *Nimitz*. Além desse problema estrutural, os estaleiros também enfrentam falta de mão-de-obra técnica capacitada, ocasionando atrasos nos

projetos.

No final de 2017, o Senado solicitou à Marinha um relatório detalhado sobre as deficiências dessas instalações e soluções para evitar os diversos atrasos nos ciclos de manutenção das embarcações. Nesse sentido, em fevereiro de 2018, a Marinha finalizou o Plano de Otimização da Infraestrutura dos Estaleiros (SIOP, sigla em inglês), um projeto centralizado de 20 anos focado em aumento de eficiência. O programa é dividido em três áreas: modernização das *Dry Docks*, com um custo total estimado de US\$ 4,1 bilhões; reconfiguração das quatro instalações, estimado entre US\$ 11,5 e US\$ 14 bilhões; e melhorias de capital infraestrutural e humano, estimado em US\$ 4,5 bilhões.

Um dos destaques do projeto é o uso da “*Digital Twin Technology*”, com softwares de simulação e modelagem utilizados na reconfiguração dos estaleiros. A Marinha tem utilizado essa tecnologia para reproduzir a infraestrutura digitalmente, simulando configurações mais eficientes do espaço. Cada estaleiro terá uma reconfiguração única de acordo com suas funções e espaço disponível. Pensando na vida útil de suas embarcações, além das questões físicas, a Marinha também deve considerar investir na qualificação de mão-de-obra, além da possibilidade de dividir as funções de manutenção com estaleiros privados, no curto prazo.



Segurança Marítima dos Estados Unidos: um equilíbrio entre liberdade de navegação e o Direito do Mar

Ana Carolina Vaz Farias

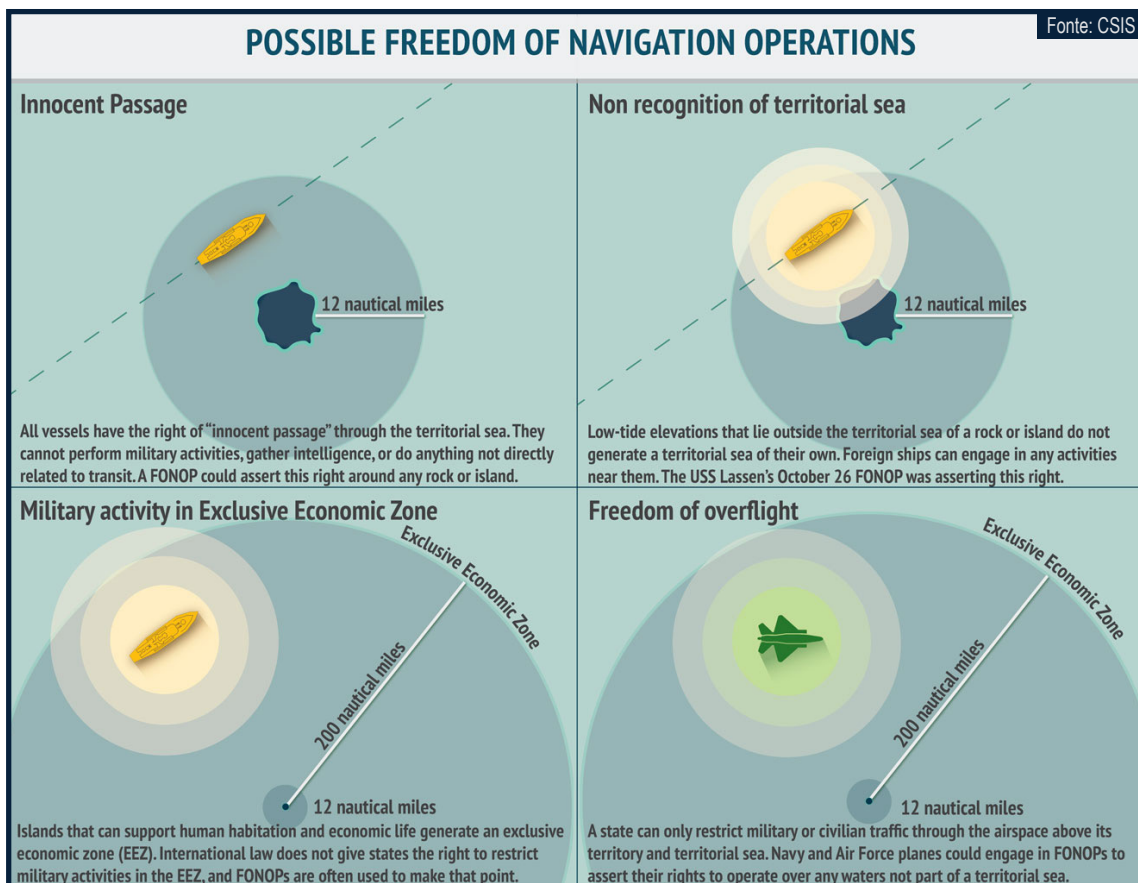
Na última década, as principais potências expandiram a temática da segurança marítima em suas agendas. Os Estados Unidos tiveram um papel pioneiro nesse cenário, ao lançarem em 2005, o *National Strategy for Maritime Security*. Contudo, as operações envolvendo segurança marítima ganharam maior relevância global a partir de 2008, com o aumento dos casos de pirataria e pelas tensões entre Estados devido às disputas envolvendo suas águas jurisdicionais. Desde o lançamento do documento, em 2005, um ponto continua sendo central dentro da estratégia marítima estadunidense: a preservação da liberdade de navegação global. Assim sendo, como os Estados Unidos, a maior potência marítima do mundo, desejam preservar a liberdade de navegação se não são membros da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS, sigla em inglês), base legal desse conceito?

É necessário entender a origem histórica desse cenário. A UNCLOS foi estabelecida em 1982, e regulamenta o direito de soberania dos países signatários no que diz respeito ao uso e exploração dos recursos marinhos. Até hoje, os Estados Unidos são um dos poucos países não-membros da Convenção que, atualmente, conta com a participação de 168 Estados, e a presença de todas as outras potências marítimas, como a China e o Reino

Unido. Porém, na prática, os EUA aceitam e cumprem as provisões do acordo, seguindo o *United States Ocean Policy Statement* de 1983, lançado pelo presidente à época, Ronald Reagan. Tal documento demonstra o reconhecimento estadunidense de que a UNCLOS reflete o Direito Internacional consuetudinário, e é através desse documento que, até hoje, as administrações presidenciais baseiam-se para legitimar e guiar as *Freedom of Navigation Operations* (FONOP).

As FONOPs são operações navais que empregam esforços diplomáticos e operacionais para desafiar e conter reivindicações marítimas excessivas ou inconsistentes com o Direito do Mar. No dia 10 de março de 2021, foi lançado o *Annual Freedom of Navigation Report*, documento produzido pelo Departamento de Defesa, divulgando que, no ano fiscal de 2020, ocorreu a contestação de 28 reivindicações marítimas excessivas de 19 nações, sendo imprescindível ressaltar que, dentre essas, foram desafiadas 10 reivindicações no Mar do Sul da China, mais do que registrado em qualquer outro ano.

Logo, em um cenário de crescentes tensões marítimas com rivais geopolíticos, é perceptível a necessidade de ratificação da Convenção por parte dos EUA, pois trará maior legitimidade e apoio legal, já que o país deseja manter seu papel hegemônico no Sistema Internacional.



Disputa eleitoral na Somália promete piorar crise com o Al-Shabaab

Franco Alencastro

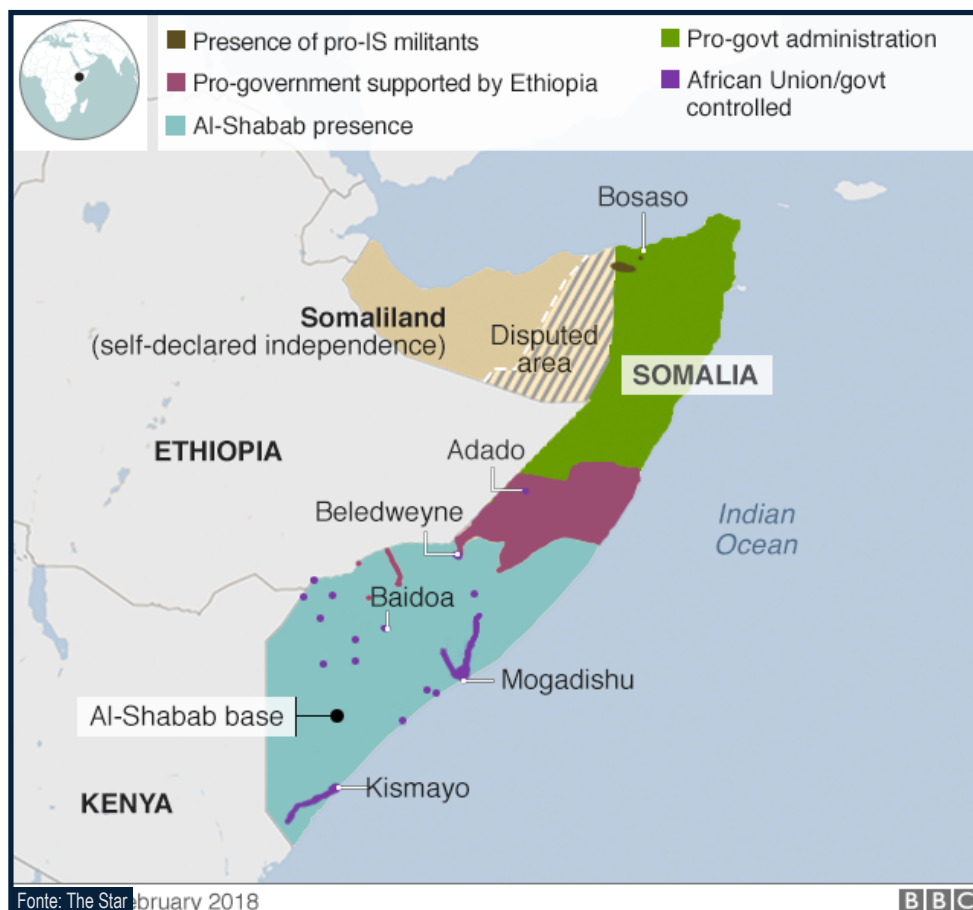
Foco de instabilidades causadas pela atuação de grupos extremistas, a Somália tornou-se, nas últimas semanas, palco de um tipo diferente de tensão: uma crise político-institucional. A disputa, que envolve o governo e a oposição, testa os limites do conturbado sistema político somali, baseado na representação através de clãs, e se entrelaça com o conflito com o Al-Shabaab. Cabe, portanto, uma análise sobre a relação entre a política somali e este conflito.

Marcadas para fevereiro de 2021, as eleições gerais da Somália não ocorreram. Desde o ano passado, a oposição acusa o governo de adotar regras eleitorais que prejudicariam o combate ao Al Shabaab. A oposição acusa parte dos diversos líderes de clãs somalis, que compõem o colégio eleitoral, de proximidade com a organização extremista. O fracasso das negociações entre o governo e a oposição sobre as normas eleitorais fez com que as eleições fossem postergadas por tempo indefinido. Esse adiamento cria mais incertezas para a Somália: o mandato do presidente Mohammed Farmajo chegou ao fim, oficialmente, em 8 de fevereiro, mas, na falta de uma eleição, ele ainda permanece como presidente do país.

A instabilidade política traz consigo três riscos principais. O primeiro é de uma disputa violenta pelo

controle do Estado e a subsequente deterioração do ambiente de segurança. Em 19 de fevereiro, um protesto em Mogadishu realizado pelo candidato de oposição, Hassan Ali Khaire, foi alvo de um ataque com armas de fogo por forças do governo. Representantes da União Europeia e da União Africana, que comandam no país a missão de estabilização AMISOM, pediram cautela aos atores políticos. Nesse período, o Al-Shabaab não interrompeu suas atividades, realizando em 5 de março um ataque à bomba em Mogadishu. O fortalecimento do grupo extremista parece ser indissociável da causa e da consequência da crise.

O segundo risco é de fragmentação, já que o governo de Farmajo acusa especificamente os líderes de regiões autônomas, como a Puntlândia, de sabotarem o processo eleitoral. A Somália já enfrenta problemas com o separatismo da região da Somalilândia, e, com a recente crise, estas circunstâncias podem se tornar para a Puntlândia um convite a se retirar. O terceiro risco diz respeito ao Canal de Suez, por onde hoje passam cerca de 10% do comércio. A instabilidade somali pode interromper esse tráfego, inclusive com o recrudescimento da pirataria, que tende a acompanhar o enfraquecimento do Estado somali.



Impactos do *Brexit* sobre a posição dos Países Baixos na União Europeia

Marina Aufran e Victor Magalhães Longo

Os Países Baixos, popularmente conhecidos como Holanda, historicamente influenciaram a geopolítica global. Durante o século XVII a nação foi uma das principais potências imperiais do mundo, porém sucessivas guerras europeias resultaram na decadência do seu poder e influência. Com a saída do Reino Unido da União Europeia (UE), o poder dentro do bloco será redistribuído e, ainda que se espere uma concentração maior das decisões na Alemanha, é relevante se perguntar: de que maneira o *Brexit* pode impactar a posição dos Países Baixos na UE?

O *Brexit* proporcionou aos Países Baixos desafios e oportunidades. O Reino Unido é o terceiro maior parceiro comercial dos neerlandeses e, embora sua retirada do Mercado Comum Europeu crie alguns empecilhos para o comércio, o acordo comercial entre britânicos e europeus firmado no final de 2020 não impôs tarifas ou cotas em nenhuma direção e adotou algumas facilidades no setor de serviços, reduzindo os efeitos negativos do *Brexit* aos dois lados.

Ademais, Amsterdã ultrapassou Londres como o maior centro comercial de ações da Europa, com uma média de US\$ 10,8 bilhões em ações negociadas diariamente. Ainda que isso tenha um impacto econômico diminuto, já que muda apenas onde as ações são negociadas, tal transferência é simbólica. Mais impactante é o aumento

do investimento de empresas britânicas em cidades europeias, inclusive na capital neerlandesa, que buscam compensar os inconvenientes causados pelo *Brexit* estabelecendo operações dentro da UE. Cabe ressaltar que o porto de Roterdã, o maior da Europa, conseguiu reorganizar rapidamente suas cadeias logísticas para essas mudanças. Possuir um porto fundamental para o comércio europeu favorece a influência neerlandesa na Europa.

Além de serem um contribuidor líquido da União, os Países Baixos tem um governo pró-UE. O primeiro-ministro neerlandês, Mark Rutte, teve um resultado positivo nas eleições-gerais de março de 2021. Com a saída da Merkel como chanceler alemã em 2021, caso Rutte seja bem-sucedido em orquestrar uma coalizão, ele será o chefe de governo de um país da UE que está há mais tempo no cargo e tende a naturalmente se tornar uma liderança dentro do bloco.

Estabilidade política, economia sólida e desenvolvida e, finanças balanceadas compõem uma tríade que poucos países no mundo alcançaram, e os Países Baixos são um deles. Ainda que seu tamanho não permita que sejam uma grande potência, definitivamente podem ser mais influentes na UE. A redistribuição de poder dentro do bloco causada pelo *Brexit* é uma oportunidade rara para os holandeses.

DOI 10.21544/2446-7014.n136.p09.

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

A Usina Nuclear de Akkuyu como catalisadora das relações entre Turquia e Rússia

Dominique Marques e José Gabriel Melo

A Turquia foi um dos primeiros países não-fundadores a ingressar na OTAN, em 1952, como parte da estratégia de contenção da então União Soviética. No entanto, após mais de meio século, o cenário se mostra diferente e as relações entre a herdeira do bloco soviético e o sucessor do Império Otomano encontram-se no seu auge. Apesar do posicionamento antagônico nos conflitos sírio e líbio, investimentos conjuntos em projetos no setor energético e a cooperação em defesa estão entre os pilares da relação entre Moscou e Ancara. Todavia, esse apogeu se dá em detrimento das relações com a OTAN, levantando o questionamento: como essa aproximação pode afetar o vínculo da Turquia com seus aliados do Tratado?

Na esteira dessa parceria estratégica, durante uma conferência virtual no dia 10 de março, o presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, anunciou, juntamente a

seu homólogo russo, a construção do terceiro de quatro reatores que irão compor a Usina Nuclear de Akkuyu, na província de Mersin, na costa do Mar Mediterrâneo. A usina, que teve sua construção iniciada em 2018, em parceria com a empresa russa Rosatom, tem previsão de começar a funcionar em 2023, na comemoração do centenário da República turca. Segundo Erdogan, o projeto representa um marco da cooperação entre ambos e, uma vez em funcionamento, prevê o fornecimento de 35 bilhões de quilowatts-hora (kWh), o que representa cerca de 10% do seu consumo anual interno. A cooperação entre ambos vai além: em 2020, foi inaugurado o *Turkstream*, um gasoduto que abastece a Turquia com gás russo através do Mar Negro. Além disso, neste mesmo ano, foi descoberta a maior reserva de gás na região, o que pode contribuir ainda mais com a aproximação entre esses países euroasiáticos.

A energia nuclear funciona como uma fonte alternativa, enquanto a prospecção e exploração de gás mantêm relevância, principalmente, para os membros europeus da OTAN, pois está diretamente atrelada à sua segurança energética. Nesse cenário, o estreitamento de laços entre Turquia e Rússia, visto como a principal ameaça para o bloco europeu, é um fator que contribui

para fragilizar o vínculo de Ancara com a OTAN.

Portanto, apesar de cumprir um importante papel geopolítico, a postura ativa de Ancara pode comprometer a coesão do país com a aliança. Todavia, é importante ressaltar que a relação com Moscou é baseada no compartilhamento de interesses, estando permeada de desafios e oportunidades.



DOI 10.21544/2446-7014.n135.p09-10.

RÚSSIA & EX-URSS

O encontro entre Serguei Lavrov e Wang Yi e a dimensão geopolítica das relações sino-russas

Pérsio Glória de Paula

A relação sino-russa é um importante desenvolvimento geopolítico mundial. A aproximação entre Rússia e China no pós-Guerra Fria se iniciou na metade final da década de 1990 e se tornou uma parceria estratégica durante o governo Putin, nos anos 2000. Após a crise da Ucrânia de 2014, esse relacionamento adquiriu um aprofundamento econômico e um alto nível de coordenação geopolítica. O encontro dos ministros das Relações Exteriores da Rússia, Serguei Lavrov, e da China, Wang Yi, no final de março de 2021, é mais um capítulo significativo para o entendimento dessa articulação, principalmente pelo contexto de acentuadas tensões entre o Ocidente e os dois países.

O objetivo formal da reunião entre Lavrov e Yi foi celebrar, estender e aprofundar o Tratado de Boa Vizinhança e Cooperação Amistosa entre a República Popular da China e a Federação Russa, que completará 20 anos em julho de 2021. Todavia, o contexto e a conjuntura desse acontecimento acenam para uma

parceria global que transcende questões bilaterais: foram abordados tópicos internacionais atuais, como a questão nuclear do Irã, a reconstrução afegã, a guerra na Síria, a aproximação com o Sudão ([Boletim 134](#)), o golpe em Myanmar e até as mudanças climáticas.

Nota-se que o encontro mencionado aconteceu alguns dias após a reunião bilateral das autoridades chinesas com representantes estadunidenses, no Alasca, o que ressalta a coordenação de alto nível entre Moscou e Pequim contra as atuais pressões ocidentais. Esse contexto de disputa com o Ocidente acaba por reforçar a tendência da aproximação russo-chinesa.

Alvos de recentes sanções ocidentais, China e Rússia se articulam para desarmar a geoestratégia de contenção dupla dos Estados Unidos, que tenta reviver e ampliar as estruturas militares e diplomáticas da Guerra Fria. Uma nova polarização nesses termos seria extremamente prejudicial tanto para o projeto chinês de consolidação global de superpotência quanto para estabilização da >>>

Rússia como um polo de poder mundial. Por isso, ambos os países reforçaram também na reunião a multipolaridade e a centralidade da ONU para a resolução de conflitos e crises globais, como alternativa à unipolaridade e ao unilateralismo dos Estados Unidos.

Diante do exposto, é possível visualizar a dimensão da parceria estratégica sino-russa, que atualmente constitui uma das principais articulações geopolíticas globais, e a sua relação com as atuais tensões entre esses países e o bloco ocidental.

DOI 10.21544/2446-7014.n136.p10-11.

LESTE ASIÁTICO

O Japão e o Sudeste Asiático: novos horizontes?

João Pedro Grilo

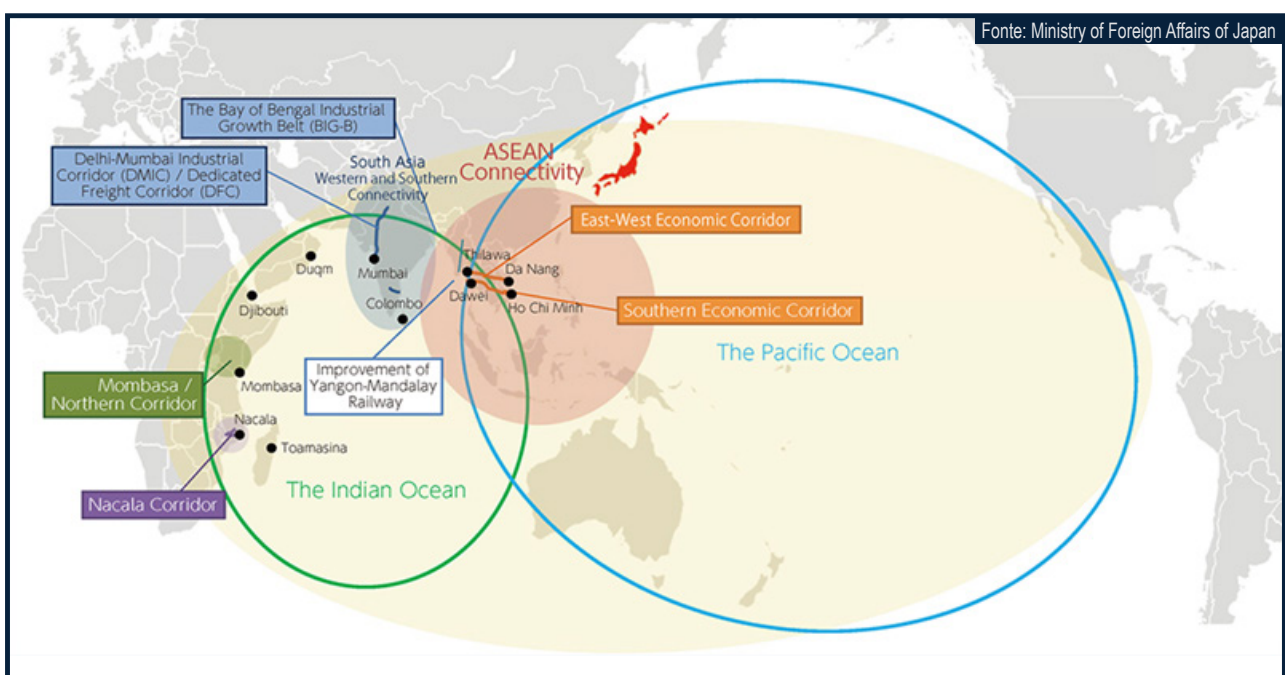
A relação do Japão com os países do Sudeste Asiático, inicialmente conturbada devido ao antigo imperialismo nipônico, ocupa um papel central na política externa japonesa. A instauração da Doutrina Fukuda em 1977, também conhecida como "diplomacia coração a coração", semeou as bases de uma estreita cooperação em diversas camadas, principalmente, no âmbito econômico e social, entre o Japão e a região. O subsequente e constante fornecimento de Assistências Oficiais ao Desenvolvimento (AOD) — transmutados em investimentos e cooperação técnica —, a promoção de intercâmbios entre a sociedade civil de ambas as localidades e o auxílio japonês na construção do arcabouço político regional, principalmente, à Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, sigla em inglês), restauraram o prestígio e a confiança nipônica na área. No entanto, como esse relacionamento tem sido afetado pelas recentes disputas de poder na região e o que se pode esperar dele no futuro?

As recentes investidas chinesas no Mar do Sul da China e nas Ilhas Senkaku têm impactado diretamente os laços entre o Japão e o Sudeste Asiático. Devido à postura mais agressiva da China, a dinâmica entre ambos os atores tem se intensificado no âmbito militar,

uma área pouco explorada até então. Um exemplo dessa tendência são os acordos de transferência tecnológica e equipamentos militares japoneses para as Filipinas e o Vietnã, de 2020, e, no dia 31 de março de 2021, para a Indonésia. No encontro 2+2, realizado pelos ministros das Relações Exteriores e da Defesa de ambos os países, ainda se acordou a realização de exercícios navais entre Indonésia e Japão e o desenvolvimento conjunto de ilhas indonésias remotas que estão situadas no Mar do Sul da China.

O desenrolar dos acontecimentos evidencia a gradual expansão e consolidação da visão do *Free and Open Indo-Pacific* (FOIP), a força motriz da política externa de Tóquio, por países da região que se sentem ameaçados pelas ações de Pequim. Esse alinhamento, somado à gradual expansão da indústria bélica japonesa, que, desde 2014, pode exportar equipamentos militares e armamentos, demonstra o empenho e a capacidade nipônica em aumentar sua relevância militar na região.

Por fim, é de se esperar que a articulação no âmbito de defesa entre Japão e a região se intensifique, solidificando a posição nipônica como a terceira grande força no Sudeste Asiático.



DOI 10.21544/2446-7014.n136.p11.

Na esteira de uma série de reformas e modernizações em defesa, sobretudo mediante o *Defense Reform 2.0*, a Coreia do Sul visa consolidar uma defesa nacional mais eficiente, enfatizar suas capacidades em tecnologias avançadas e se destacar em exportações de defesa. Nota-se que o país já figura como o 11º maior exportador do mundo no setor de defesa, sobressaindo-se em poder de fogo, aviação, manobras e construção naval. Atualmente, na sequência do programa de porta-aviões LPX-II ([Boletim 132](#)) e da terceira fase do programa de construção de submarinos de ataque ([Boletim 130](#)), a Marinha sul-coreana se concentra na aquisição do próximo lote de contratorpedeiros KDX-III *Aegis*.

O primeiro dos três novos navios — com 170 metros de comprimento, 8.100t e em fase de construção pela *Hyundai Heavy Industries* — terá capacidades aprimoradas de interceptar mísseis balísticos, lançar mísseis SM-3 e realizar operações antissubmarino, além de rastrear alvos de forma mais precisa e em maiores distâncias. A previsão de lançamento do primeiro contratorpedeiro é para 2022 e entrega para 2024, quando a Marinha sul-coreana espera ter os três navios do novo lote até 2028. Tal movimentação reflete o anseio da Marinha em aumentar a sua frota para fortalecer as capacidades de combate marítimo do país contra as ameaças de mísseis

e submarinos norte-coreanos, outras ameaças emergentes e obter capacidades oceânicas.

A Coreia do Norte tem se empenhado em fomentar suas capacidades subaquáticas locais, desenvolvendo seus submarinos antigos e aprimorando seus mísseis balísticos lançados de submarinos. Acredita-se que a Marinha norte-coreana possua cerca de 70 submarinos, a maioria desatualizados e inapropriados para operações distantes da costa da península, todavia estes se mantêm difíceis de serem detectados e são capazes de interromper as linhas de comunicação marítima da Coreia do Sul.

Com os recentes lançamentos norte-coreanos de mísseis balísticos de curto alcance no Mar do Leste — o primeiro após o hiato de um ano — em oposição aos exercícios militares conjuntos Seul-Washington, a Coreia do Norte se revela como um desafio à administração de Joe Biden, a qual está revendo sua política em relação ao país. Apesar dos esforços sul-coreanos, Pyongyang se mantém distante das negociações de desnuclearização desde a cúpula entre Kim Jong-un e Donald Trump, em 2019, encerrada sem acordos. Ao passo que uma nova fase se desdobra na península coreana, a Marinha da Coreia do Sul avança na execução de mais uma etapa crítica para o desenvolvimento de suas capacidades navais.

DOI 10.21544/2446-7014.n136.p12.

SUL DA ÁSIA

Índia: diversificação de parceiros comerciais e a sua relação com os sauditas

Marina Corrêa

A Índia é o terceiro maior consumidor energético do mundo e o quarto maior refinador de petróleo. O país importa mais de 80% do petróleo consumido internamente e tem como um dos principais fornecedores a Arábia Saudita. Porém, com recentes tomadas de decisões pelo país árabe, a Índia se viu encurralada e forçada a buscar novas parcerias para diversificar suas fontes de recursos energéticos. Sendo assim, cabe questionar como ficará a relação com o país árabe. Será que esse afastamento comercial e diversificação aponta para um subsequente afastamento entre os países?

Nova Delhi e Riad possuem relações amigáveis e, em 2019, com o estabelecimento do Conselho de Parceria Estratégica bilateral, elas foram aprofundadas. Entretanto, dado o cenário da pandemia (cortes de produção e alterações dos fluxos comerciais) e demais fatores exógenos à relação (como os baixos preços de oferta do petróleo estadunidense em comparação ao

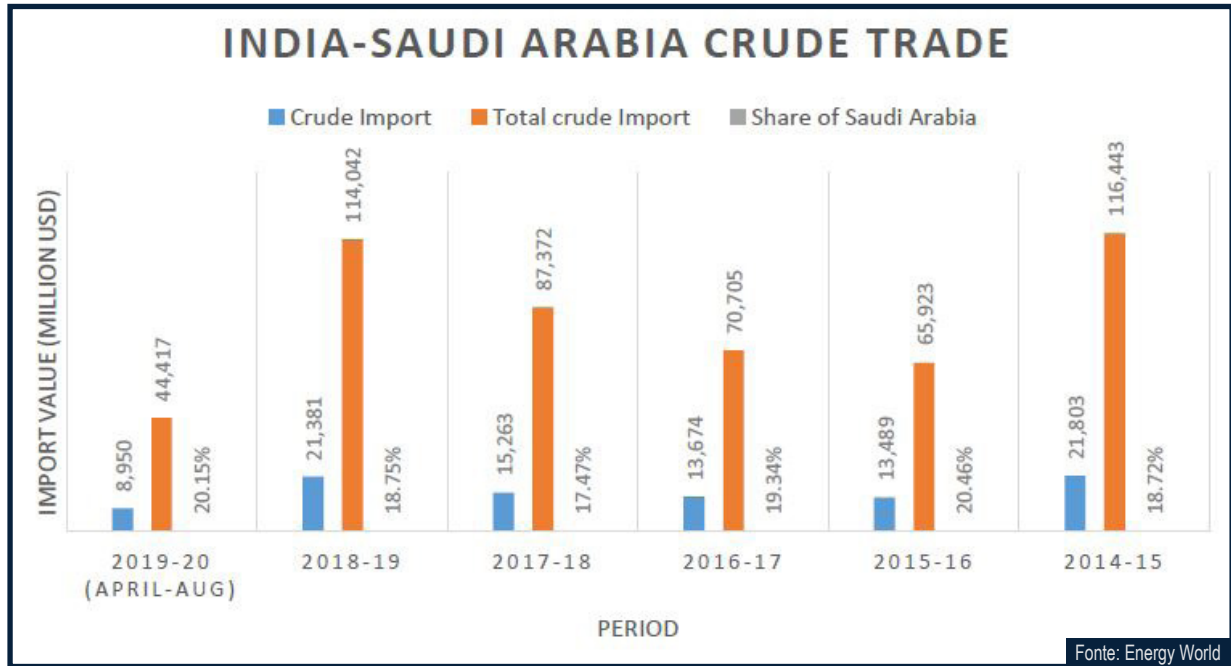
ofertado pela Arábia Saudita), o país árabe alcançou a quarta posição de maior fornecedor de petróleo ao país sul-asiático, colocação que não era alcançada desde 2006. Consequência do anúncio feito pela OPEP+, ainda em 2020, de manter a produção mas com elevação dos preços do petróleo. Esse pronunciamento fez com que o governo indiano tomasse novas medidas; a principal foi incentivar as refinarias estatais indianas a cortarem as importações em maio e diversificarem suas compras.

De um lado, o governo indiano buscou expor que o país, mesmo com as dificuldades econômicas de 2020, honrou suas compras da Arábia Saudita. E como réplica, o governo saudita lembrou que a Índia poderia utilizar seus estoques feitos ano passado e que a *Saudi Aramco*, empresa petrolífera estatal saudita, iria manter o suprimento para as refinarias no mês de abril. Isso demonstra que o interesse em manter as relações é >>>

mútuo. Em 2019, a Arábia Saudita era o segundo maior exportador para a Índia, a qual representava o segundo destino mais expressivo para seu parceiro.

Neste aspecto, é importante relembrar que os sauditas são fortes investidores em energia na Índia, com projetos que totalizam mais de US\$ 100 bilhões ([Boletim 106](#)).

Ainda mais, mesmo que o Reino deixe de liderar o pódio dos grandes fornecedores, ele, com certeza, é notado como forte aliado político (apoia o lado indiano na questão da Caxemira) e militar (diversas esferas de cooperação em defesa), demonstrando, por fim, um improvável afastamento entre os países.



DOI 10.21544/2446-7014.n136.p12-13.

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

O futuro da Marinha da Indonésia: a incorporação do KRI Alugoro e os planos da Defesa

Gabriela Veloso

Desde o rascunho das três fases do Programa *Renstra* ([Boletins 20](#) e [83](#)) na primeira década do século XXI, muito se evoluiu em termos de defesa na Indonésia. A potência regional, que chegou a ser chamada de “eixo marítimo mundial” ([Boletim 20](#)), vem seguindo firmemente suas propostas de incremento desse setor nos últimos anos, em especial no âmbito marítimo, por conta de seu *status* de país arquipélago, localização geográfica, e, subsequentemente, por sua necessidade de constituir e preservar seu poder naval. Desde que o atual presidente Joko Widodo, assumiu o cargo, em 2014, pôde-se observar progressivos investimentos e salvaguardas do setor de Defesa. As disposições relacionadas à compra, comissão e montagem, sobretudo de submarinos, trazem a pergunta: o que podemos esperar dessa tendência para a política de Defesa da Indonésia?

Em agosto de 2017, após décadas somente renovando e mantendo seus submarinos da classe *Cakra*, o país comissionou um novo submarino de ataque, movido à diesel ([Boletim 59](#)), o KRI *Nagapasa* (403), uma versão implementada da classe *Chang Bogo type 209/400*, montado pela empresa sul-coreana *Daewoo Shipyard* (DSME). No ano seguinte, mais um submarino de ataque, que também havia sido encomendado à *Daewoo*, em 2011, foi comissionado, o KRI *Ardadedali* (404). Apesar

de, em março de 2021, isso ter ocorrido novamente, com a incorporação do submarino KRI *Alugoro* (405), a grande novidade se encontra, no entanto, no fato de que este foi o primeiro submarino montado na Indonésia. O *Alugoro*, montado no estaleiro estatal PT PAL em Surabaya, foi, na verdade, o primeiro submarino montado no Sudeste Asiático.

A montagem e exportação de outros tipos de embarcação — como o caso do SSV (*Strategic Sealift Vessel*) às Filipinas ([Boletim 30](#)) —, além da recente incorporação de um submarino montado localmente, destacam a Indonésia como potência naval regional e podem vir a colocar em xeque, por exemplo, a encomenda de outros submarinos, realizada pelo país à DSME, em 2018. Tais eventos e projetos demonstram ainda uma disposição do país em fazer frente às disputas do Mar do Sul da China e proteger seu território marítimo de possíveis ameaças.

Pensando nos próximos passos da Marinha indonésia, o Ministério da Defesa vem conversando com o consórcio francês *Naval Group* para uma possível encomenda de submarinos da classe *Riachuelo*. Desse modo, o setor de defesa marítima da Indonésia parece guardar um futuro promissor.

DOI 10.21544/2446-7014.n136.p13.

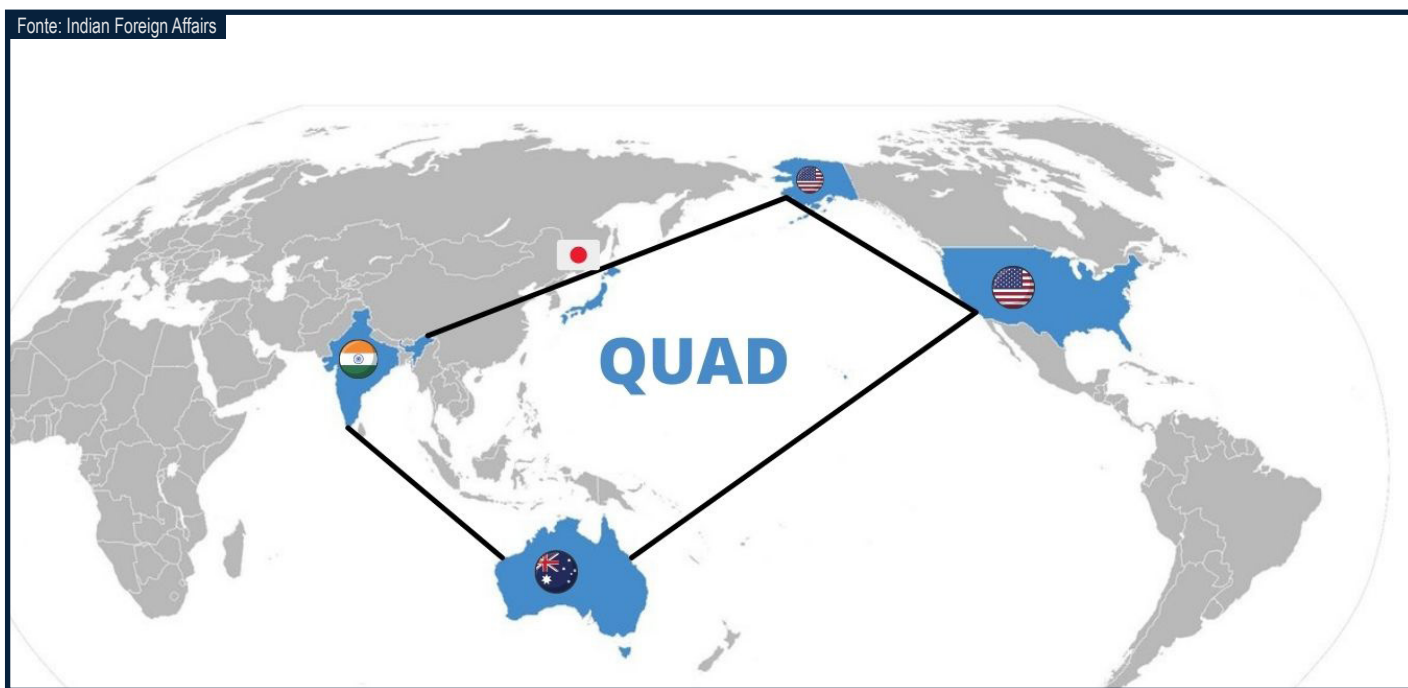
O Indo-Pacífico tem sido cenário constante nas disputas por influência geopolítica entre a China e demais países da região. Em contraposição a Pequim, uma das iniciativas que mais vem avançando é o Diálogo Quadrilateral de Segurança (QUAD, sigla em inglês), composto por Austrália, Estados Unidos, Índia e Japão. A parceria tem se fortalecido desde 2017 e avança para se tornar uma iniciativa mais formal e robusta. No entanto, as diferentes dinâmicas internas e externas de cada país levantam alguns questionamentos: é possível operacionalizar o QUAD? Caso sim, quais as consequências aos países envolvidos?

Uma das ações mais robustas deste Diálogo é a realização de exercícios militares conjuntos conhecidos como “*Malabar Exercises*” entre as Marinhas dos quatro países, permitindo maior interoperabilidade. Na última edição deste exercício, em novembro de 2020, havia a expectativa de que tal parceria se tornasse mais formal, como uma espécie de “OTAN Asiática”. Apesar de estar longe deste modelo, em meados de março os líderes dos países realizaram, pela primeira vez, um encontro virtual e, de forma inédita, publicaram uma declaração conjunta. No documento, os líderes deixaram claro que o espírito do QUAD é garantir “uma região livre, aberta, inclusiva, saudável, ancorada por valores democráticos e livre de coerção”, além de discutirem sobre novas tecnologias,

mudanças climáticas e outros temas comuns.

Alguns analistas apontam que operacionalizar o diálogo quadrilateral de maneira mais robusta é possível, caso haja esforços conjuntos dos Estados baseados nos exercícios navais visando uma coalizão dotada de uma força-tarefa marítima regional. As consequências se mostram um tanto mais delicadas no sentido da profundidade de relações bilaterais entre os países da iniciativa: um ataque às Ilhas Senkaku mobilizaria apoio indiano? Na escalada de tensões no Vale de Galwan, a Austrália interferiria? Em relação à Camberra, com a possibilidade de países africanos tomarem seu lugar como os principais exportadores de minérios a Pequim, os mercados indiano, japonês e estadunidense poderiam suprir esse *gap*?

A todos esses questionamentos, não há respostas definitivas, afinal, tudo sempre dependerá do nível de engajamento entre os países interessados. Na atual conjuntura, a China segue avançando em seus objetivos de dominar o Indo-Pacífico; nesse sentido, o QUAD possibilita a ampliação das parcerias na região, algo que os países não conseguiriam aprofundar, caso sozinhos. A realização conjunta da quinta edição do exercício naval francês *La Pérouse*, entre 5 e 7 de abril com a participação das Marinhas do QUAD, é um exemplo da ampliação de parceiros na segurança regional.



Um ano da pandemia da COVID-19: balanço econômico e político

Guilherme Novaes

Os impactos da pandemia de COVID-19 extrapolaram o campo sanitário e colocaram em xeque estruturas sociais e econômicas, como o multilateralismo nas relações internacionais, por exemplo. As formas de resolução conjunta de problemas entre Estados e as Organizações Internacionais por si só já vinham sendo questionadas por governos nacionalistas que ascenderam ao poder nos últimos anos, a exemplo de Donald Trump. A dificuldade de uma resposta conjunta à crise junto das decisões de Estados que iam contra as recomendações da Organização Mundial da Saúde expôs essa problemática, levando ao paradoxo: como exigir efetividade do multilateralismo num contexto em que os Estados não se empenham para obter a sinergia entre suas ações?

O ano de 2020 foi marcado por fortes retrações. Após os primeiros meses de muita incerteza e a adoção de medidas sanitárias para conter a disseminação do vírus, o segundo semestre foi marcado por uma forte recuperação no 3º trimestre quando o número de casos e mortes diminuiu — houve um crescimento de 7,8% no G20. Já no quarto trimestre, a segunda onda de contaminações desacelerou as economias, com o G20 crescendo 2,1%. A perspectiva agora é a de que países com a vacinação mais acelerada se recuperem mais rapidamente.

O comércio internacional também foi duramente afetado. As *commodities* minerais como minério de ferro

e cobre, assim como o petróleo, tiveram uma redução expressiva nos preços internacionais no início da crise em razão da desaceleração dos setores da indústria e serviços. A retomada dos preços e dos volumes comercializados ocorrida, principalmente a partir do segundo semestre, teve como fator importante a retomada econômica chinesa. A exceção fica com as *commodities* agrícolas, que tiveram uma reação menor tanto em termos de preço quanto volumes comercializados.

A dependência internacional em relação aos equipamentos de saúde fabricados na China ficou clara, levantando reflexões sobre o aspecto estratégico do setor nos investimentos estatais. A vacina também entra nessa lógica, notabilizando a importância do investimento e planejamento dos países em pesquisa científica, que inclusive permite um melhor posicionamento estratégico na geopolítica global.

A pandemia ficará registrada como um dos eventos mais marcantes para a história contemporânea. Mudanças já em curso ficaram explícitas, e os países foram desafiados a gerirem a maior crise sanitária dos últimos 100 anos. Questiona-se se os Estados serão capazes de manter os aprendizados dessa experiência para o futuro, ressignificando os erros, preparando-se e prevenindo-se para possíveis situações adversas de tamanha magnitude.

Variação do PIB em relação ao ano anterior

Fonte: World Bank

País	2019	2020	2021 (projeção)
China	6,1%	2,0%	7,9%
Estados Unidos	2,2%	-3,6%	3,5%
Zona do Euro	1,3%	-7,4%	3,6%
América Latina e Caribe	1,0%	-6,9%	3,7%
Brasil	1,4%	-4,5%	3,0%
Mundo	2,3%	-4,3%	4,0%

- ▶ [On the Suez Canal and Chokepoints](#)
GEOPOLITICAL FUTURES, George Friedman
- ▶ [Russia's Weak Strongman](#)
FOREIGN AFFAIRS, Timothy Frye
- ▶ [China, EU and US cooperation on climate and energy](#)
CHATHAM HOUSE, Antony Froggatt e Daniel Quiggin
- ▶ [France: a Bridge between Europe and the Indo-Pacific](#)
CSIS, Pierre Morcos
- ▶ [The UK's new model forces](#)
IISS, Douglas Barrie, Ben Barry, Henry Boyd e Nick Childs

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

ABRIL

5-8 9ª Cúpula das Américas (vídeoconferência)

Reunião do Banco Mundial e FMI (Washington, EUA) **5-11**

11 • Eleições Gerais no Peru
• Segundo turno das eleições presidenciais no Equador

Cúpula dos Líderes sobre o Clima (vídeoconferência) **22-23**

27-28 Federal Reserve meeting (Estados Unidos)

Reunião da ONU sobre a ilha do Chipre (Genebra) **27-29**

MAIO

Eleições parlamentares na Escócia **6**

15-16 Eleições municipais e Convenção Constitucional no Chile

Eleições presidenciais na Síria **16**

19-20 Reunião Ministerial do Conselho do Ártico (vídeoconferência)

Reunião anual do Banco Africano de Desenvolvimento e do Fundo Africano de Desenvolvimento (Accra, Gana) **24-28**

30 Eleições parlamentares no Chipre

Início da Semana Verde da União Europeia (vídeoconferência) **31**

REFERÊNCIAS

- **Complexo Industrial Naval de Itaguaí: o que fazer após o PROSUB?**
LOPES, Roberto; GALANTE, Alexandre. [Marinha concentrará todos os seus submarinos na base de Itaguaí a partir de 2022](#). **Poder Naval**, [s.l.], 25 mar. 2019. Acesso em: 19 mar. 2021.
LOPES, Roberto; GALANTE, Alexandre. [Submarinos brasileiros para a Indonésia](#). **Poder Naval**, [s.l.], 02 fev. 2021. Acesso em: 11 fev. 2021.
 - **O projeto de otimização da infraestrutura dos estaleiros públicos dos EUA**
NAVSEA. [Building the Shipyards the Nation Needs](#). **Naval Sea Systems Command**, Washington, [s.d.]. Acesso em: 01 abr. 2021.
TADJDEH, Yasmin. [Navy Optimizing Shipyards With Digital Twin Technology](#). **National Defense**, Arlington, 01 mar. 2021. Acesso em: 01 abr. 2021.
 - **Segurança Marítima dos Estados Unidos: um equilíbrio entre liberdade de navegação e o Direito do Mar**
ESTADOS UNIDOS. [Annual Freedom of Navigation Report](#). **Departamento de Defesa dos Estados Unidos**, Washington, 10 mar. 2021. Acesso em 17 mar. 2021.
ALMOND, Roncevert. [U.S. Ratification of the Law of the Sea Convention](#). **The Diplomat**, Washington, 24 mai. 2017. Acesso em: 17 mar. 2021.
 - **Disputa eleitoral na Somália promete piorar crise com o Al-Shabaab**
KAHIYE, M. [Somali Opposition Refuses to Recognize President Farmajo as Term Expires](#). **Voa News**, Mogadishu, 8 fev. 2021. Acesso em: 05 mar. 2021.
[Somalia leaders fail to reach deal on elections](#). **The Guardian**, Londres, 06 fev. 2021. Acesso em: 05 mar. 2021.
 - **Impactos do Brexit sobre a posição dos Países Baixos na União Europeia**
SANDFORD, Alasdair. [Brexit capital gains: Will Europe's financial hubs steal London's crown now the UK has quit the EU?](#). **Euronews**, Lyon, 23 fev. 2021. Acesso em: 01 abr. 2021.
JANNING, Josef. [Dutch courage: Is the Netherlands overconfident in its EU influence?](#). **The European Council on Foreign Relations**, Berlim, 30 jan. 2019. Acesso em: 01 abr. 2021.
 - **A Usina Nuclear de Akkuyu como catalisadora das relações entre Turquia e Rússia**
GCR STAFF. [Russia Turkey launch third reactor at world's biggest nuclear power site](#). **Global Construction Review**, Londres, 12 mar. 2021. Acesso em: 20 mar. 2021.
POPOVIC, Nemanja. [The Energy Relationship Between Russia and the European Union](#). **E-International Relations**, Londres, 24 fev. 2020. Acesso em: 20 mar. 2021.
 - **O encontro entre Serguei Lavrov e Wang Yi e a dimensão geopolítica das relações sino-russas**
ALBERT, Eleanor. [China and Russia Show Solidarity at Meeting of Foreign Ministers](#). **The Diplomat**, Washington, 24 mar. 2021. Acesso em: 03 mar. 2021.
TRENIN, Dmitri. [China, Russia have to forge close bonds](#). **China Daily**, Pequim, 23 mar. 2021. Acesso em: 03 mar. 2021.
 - **O Japão e o Sudeste Asiático: novos horizontes?**
STRANGIO, Sebastian. [With an Eye on Beijing, Japan and Indonesia Sign Arms Export Equipment](#). **The Diplomat**, Washington, 31 mar. 2021. Acesso em: 31 mar. 2021.
HORIUCHI, Junko. [Japan signs deal to export defense equipment to Indonesia](#). **Kyodo News**, Tóquio, 30 mar. 2021. Acesso em: 01 abr. 2021.
 - **Defesa nacional da Coreia do Sul e sua modernização**
CHOI, Si-young. [S. Korea to invest \\$7tr for Aegis destroyers, attack helicopters](#). **The Korea Herald**, Seul, 01 abr. 2021. Acesso em: 02 abr. 2021.
YOON, Sukjoon. [Expanding the ROKN's Capabilities to Deal with the SLBM Threat from North Korea](#). **Naval War College Review**, Washington, mar/2017. Acesso em: 02 abr. 2021.
 - **Índia: diversificação de parceiros comerciais e a sua relação com os sauditas**
KEMP, John. [Much at stake as India, Saudi Arabia spar over oil prices](#). **The Arab Weekly**, Londres, 26 mar. 2021. Acesso em: 01 abr. 2021.
VERMA, Nidhi. [India asks refiners to diversify, cut reliance on Middle East oil after OPEC+ decision](#). **EnergyWorld**, Nova Delhi, 10 mar. 2021. Acesso em: 20 mar. 2021.
 - **O futuro da Marinha da Indonésia: a incorporação do KRI Alugoro e os planos da Defesa**
PARAMESWARAN, Prashanth. [Indonesia's Submarine Capabilities in the Headlines with New Sea Trials](#). **The Diplomat**, Washington, 01 fev. 2021. Acesso em: 1 abr. 2021.
RAHMAT, Ridwan. [Indonesia in talks with Naval Group for variant of Riachuelo-class submarine](#). **Janes**, Coulsdon, 02 dez. 2020. Acesso em: 01 abr. 2021.
 - **QUAD Summit: desafios à segurança regional no Indo-Pacífico**
HORNUNG, Jeffrey W. [What to expect when you're expecting so much from the Quad](#). **CNN**, Washington, 31 mar. 2021. Acesso em: 01 abr. 2021.
VANAK, Jeffrey T.; SOUDERS, Jack; DEL MAZO, Kenneth. [How to Operationalize the Quad](#). **The Diplomat**, Washington, 30 mar. 2021. Acesso em: 01 abr. 2021.
 - **Um ano da pandemia da COVID-19: balanço econômico e político**
[Global Economic Prospects](#). **World Bank**, Washington, jan. 2021. Acesso em: 19 mar. 2021.
ARAÚJO, Flavia L.; AGOPYAN, Kelly K. [O paradoxo do multilateralismo em tempos de pandemia](#). **Nexo Jornal**, São Paulo 27 jul. 2020. Acesso em: 19 mar. 2021.
- Capa: [\(Itaguaí - RJ, 11/12/2020\) Batismo do Submarino Humaitá](#). Palácio do Planalto.
Por: José Dias/PR
- Os mapas iniciais (pág. 03 e 04) do Boletim foram produzidos pelo MapChart e seguem as diretrizes da Creative Commons.

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 03 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência direta ou indireta na economia brasileira e impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Ademais, serão considerados os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Após a seleção dos fenômenos, estes são categorizados em alto risco (vermelho) ou médio risco (laranja), seguindo parâmetros que refletem a gravidade do risco: quantidade de vítimas, relevância dos atores envolvidos, impacto na economia global e possibilidade da escalada de tensões. Os países em cinza representam conflitos monitorados, caso tenha

agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

Devido ao aumento do número de casos (infectados, internados e óbitos) relacionados à COVID-19, houve uma adaptação na análise do cenário. Dessa forma, elaborou-se um mapa à parte, com os 15 países com maior número de infectados de acordo com o último relatório da OMS divulgado até a data deste boletim. Dessa forma, os países foram divididos em vermelho, laranja e amarelo de acordo com o número de casos totais.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

▶ ALTO RISCO:

- GOLFO DA GUINÉ — Insegurança marítima conjuntural: [Swim together or sink alone: African states unite to confront pirate threat](#). **The Christian Science Monitor**, 29 mar. 2021. Acesso em: 06 abr. 2021.
- IÊMEN — Guerra civil e crise humanitária: [Yemen ceasefire: The ball is in Al Houthi court](#). **Gulf News**, 27 mar. 2021. Acesso em: 06 abr. 2021.
- LÍBANO — Crise estrutural: [Nobody Knows What Lebanon’s Currency Is Worth Anymore](#). **Foreign Policy**, 05 abr. 2021. Acesso em: 06 abr. 2021.
- VENEZUELA — Crise estrutural: [Human Rights Watch: “Las violaciones de DDHH cometidas por el régimen de Nicolás Maduro en Apure son más evidencias para la Corte Penal Internacional”](#). **Infobae**, 03 abr. 2021. Acesso em: 06 abr. 2021.
- MOÇAMBIQUE — Conflito entre governo e forças insurgentes: [Mozambique town Palma 'retaken' from militant Islamists](#). **BBC News**, 05 abr. 2021. Acesso em: 06 abr. 2021.
- MYANMAR — Golpe militar: [Myanmar anti-coup protesters stage Easter Egg demo](#). **DW**, 04 abr. 2021. Acesso em: 06 abr. 2021.

▶ MÉDIO RISCO:

- COLÔMBIA — Crise fronteiriça: [Venezuela lanza su mayor campaña militar en décadas y miles huyen del país](#). **The New York Times**, 02 abr. 2021. Acesso em: 06 abr. 2021.
- ETIÓPIA — Conflito entre governo e forças insurgentes: [Ethiopia is fighting 'difficult and tiresome' guerrilla war in Tigray, says PM](#). **The Guardian**, 04 abr. 2021. Acesso em: 06 abr. 2021.
- LÍBIA — Escalada da guerra civil: [France’s Macron and Egypt’s El-Sisi discuss Libya, GERD](#). **Arab News**, 30 mar. 2021. Acesso em: 06 abr. 2021.

- MAR DO SUL E DO LESTE DA CHINA, HONG KONG & TAIWAN — Expansão chinesa sobre as regiões: [China tests Biden with South China Sea tactic that misled Obama](#). **Bloomberg**, 05 abr. 2021. Acesso em: 06 abr. 2021.
 - MEDITERRÂNEO ORIENTAL — Tensões entre Grécia e Turquia e ocupação do Chipre: [Greece accuses Turkey of trying to provoke it with migrant boats](#). **Arab News**, 02 abr. 2021. Acesso em: 06 abr. 2021.
 - SÍRIA — Tensões na região sul: [Syria war: After a decade of bloodshed, revolutionary dreams live on](#). **Middle East Eye**, 28 mar. 2021. Acesso em: 06 abr. 2021.
 - NÍGER — Aumento da atividade terrorista na região: [Niger foils 'coup attempt' days before presidential inauguration](#). **France 24**, 31 mar. 2021. Acesso em: 06 abr. 2021.
 - SOMÁLIA — Instabilidade eleitoral: [Explosions in Somalia kill at least 15; army bases targeted](#). **AP News**, 03 abr. 2021. Acesso em: 06 abr. 2021.
 - UCRÂNIA — Tensões transfronteiriças entre Rússia e Ucrânia: [Is Putin about to launch a new offensive in Ukraine?](#). **Atlantic Council**, 04 abr. 2021. Acesso em: 06 abr. 2021.
- MONITORAMENTO:
- AFGANISTÃO — Insegurança regional: [Taliban insist US forces leave Afghanistan during meeting with Khalilzad](#). **Afghan Online Press**, 31 mar. 2021. Acesso em: 06 abr. 2021.
 - BELARUS — Crise política e tensões com o bloco europeu: [Belarus's Ties With the West: The Implacable Downward Spiral](#). **The Jamestown Foundation**, 31 mar. 2021. Acesso em: 06 abr. 2021.
 - BOLÍVIA — Crise político-jurídica: [Ex ministra Pinckert se declara en la clandestinidad y dice que pidió asilo](#). **El Deber**, 04 abr. 2021. Acesso em: 06 abr. 2021.
 - FRONTEIRA ENTRE ARMÊNIA E AZERBAIJÃO — Conflito armado na região de Nagorno-Karabakh: [Biden Can Help Armenia and Azerbaijan Make Peace. Here's How](#). **Foreign Policy**, 30 mar. 2021. Acesso em: 06 abr. 2021.
 - FRONTEIRA SINO-INDIANA - Impasse na ALC: [India-China border row: Air forces hold formation in Ladakh](#). **Hindustan Times**, 31 mar. 2021. Acesso em: 06 abr. 2021.
 - GEÓRGIA — Protestos da oposição: [EU-mediated Georgia crisis talks fail on second try](#). **EURACTIV**, 31 mar. 2021. Acesso em: 06 abr. 2021.
 - SENEGAL — Instabilidade política: [Senegal's violent protests reveal that its long-stable democracy is fragile, after all](#). **The Washington Post**, 01 abr. 2021. Acesso em: 06 abr. 2021.
 - REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA — Conflito entre governo e forças insurgentes: [CAR militia leader Sidiki Abass dies from injuries: Armed group](#). **Aljazeera**, 02 abr. 2021. Acesso em: 06 abr. 2021.
 - TAILÂNDIA — Retomada de protestos contra a monarquia: [Thai police charge Thanathorn with insulting king over vaccines](#). **Nikkei Asia**, 30 mar. 2021. Acesso em: 06 abr. 2021.